



Simulado Final

# Câmara de Fortaleza

Consultor Legislativo – Processo  
Legislativo - Pós-Edital

# Simulado

Simulado Final Câmara de Fortaleza (Consultor Legislativo - Processo Legislativo)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Consultor Legislativo - Processo Legislativo da Câmara de Fortaleza**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/W2nP7ExrkuSs6biz8>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato*

**01.** Na sala de um CEO há as seguintes palavras: “Você deve ir tão longe quanto sua mente permitir”.

Deduz-se dessa frase que:

- a) a mente controla o corpo;
- b) os pensamentos impulsionam as ações;
- c) a distância percorrida tem a ver com o pensamento;
- d) o corpo segue os desejos da mente;
- e) seria conveniente que todos pensássemos positivamente.

**02.** Nas opções abaixo há a indicação de um tipo de texto, suas marcas essenciais e exemplos desses textos; a opção em que os exemplos de textos citados correspondem ao tipo inicialmente apontado, é:

- a) injuntivo – indicação de ordens ou conselhos / manual de uma lava louça;
- b) explicativo – fazer compreender algo / conto fantástico;
- c) argumentativo – defesa ou ataque a uma ideia / receita;
- d) descritivo – descrição de objetos distintos / publicidade de um produto;
- e) narrativo – relato de fatos em ordem cronológica / resenha de um livro.

**03.** Confúcio, filósofo chinês, dizia o seguinte: “Se queres conhecer o passado, examina o presente que é o resultado; se queres conhecer o futuro, examina o presente que é a causa.”.

A opção correta sobre a estrutura desse pensamento é:

- a) passado e futuro são responsáveis pelo presente;
- b) o presente é o resultado do futuro;
- c) o futuro é resultado do presente;
- d) o passado é consequência do presente;
- e) a relação de causa e efeito no futuro não é clara para o filósofo.

**4.** Assinale a alternativa abaixo na qual a palavra sublinha qualifica o termo anterior:

- a) O jogador holandês é o mais gentil que já conheci;
- b) As grandes obras egípcias podem ainda ser vistas em alguns museus;
- c) A cultura norte-americana ainda serve de influência aos brasileiros;
- d) Não se pode esquecer da determinação dos povos colonizados;
- e) Pequenos gestos podem engrandecer os homens.

**05.** Cada uma das frases abaixo foi reescrita de outro modo, conservando-se o sentido original; a frase em que a modificação traz alteração de sentido é:

- a) O chefe pediu a colaboração da empresa toda / O chefe pediu que toda a empresa colaborasse;
- b) Malala Yousafzai é admirada pela comunidade internacional / Pessoas de diversos países admiram Malala Yousafzai;
- c) Sempre que preciso, meu celular descarrega rapidamente / Toda vez que necessito utilizar, meu celular descarrega com rapidez;
- d) O corregedor deve ser chamado ao telefone / O corregedor deve ter dado um telefonema;
- e) O presente é consequência do passado / O passado resulta no presente.

**06.** A frase em que o emprego do acento grave (crase) é justificado por razão diferente dos demais é:

- a) Voltei à academia depois de alguns anos;
- b) Nunca mais diremos isso à sua assessora;
- c) Entregue, por favor, o documento à secretária;
- d) Não me recordo se ele compareceu àquele simpósio;
- e) Devolverei esse livro à querida professora.

**07.** A frase abaixo em que o conectivo *como* mostra valor de conformidade é:

- a) Agiu como eu agiria;
- b) Não há como saber se dará certo;
- c) A prova não saiu como ele desejava;
- d) O jovem cientista passou a ser vista como o melhor;
- e) Ele joga como lateral.

**08.** “A rápida adaptação ao uso de ferramentas de tecnologia da informação mostrou-se como oportunidade ímpar para avançar em diversas frentes: na interação rápida entre os atores envolvidos; no compartilhamento de grande volume de dados; no encurtamento das distâncias.”.

A partir do texto acima, pode-se concluir que:

- a) houve evolução nas ferramentas de tecnologia da informação, o que permitiu o maior contato entre pessoas;
- b) a oportunidade do uso de tecnologia da informação não é substancial;
- c) adaptar-se à tecnologia da informação permitiu uma ampliação e maior facilidade no trabalho;
- d) por mais que a tecnologia da informação tenha contribuído, ainda há outras oportunidades fora desse âmbito;
- e) é possível relacionar tecnologia da informação à melhoria na qualidade do trabalho.

**09.** A frase abaixo em que a concordância verbal está inadequada, é:

- a) Quantos anos haverá que seu tio veio nos visitar?
- b) Deve ir em três anos que viajei para os Estados Unidos;
- c) Quatro meses está fazendo que nos vimos pela última vez;
- d) Deve estar passando dois minutos das seis horas;
- e) Há de fazer dois anos que comprei o apartamento na praia.

**10.** *Inicialmente, eram feitas de grãos de cereais triturados com pedras, amassado com água e colocado sobre pedras quentes ou debaixo de cinzas para assar, o que resultava em um pão achatado, duro e seco.*

O problema de escritura que ocorre nesse segmento é:

- a) a ocorrência de erro de morfossintaxe;
- b) a ocorrência de um erro de ortografia;
- c) a presença de oralidade na língua escrita;
- d) o excesso de adjetivos, alguns dispensáveis;
- e) a existência de redundâncias desnecessárias.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**

*Carlos Henrique*

**11.** Maria Bu coleciona moedas brasileiras, americanas e francesas. Para cada 3 moedas americanas Bu tem 7 moedas brasileiras e para cada 5 moedas brasileiras, ela tem 2 francesas.

Com relação às moedas de Bu, a razão entre a quantidade de moedas brasileiras e a quantidade de moedas não brasileiras é igual a

- a)  $7/5$
- b)  $12/7$
- c)  $25/19$
- d)  $30/23$
- e)  $35/29$

**12.** Uma rede de papelarias é formada por 3 lojas, nomeadas loja 1, loja 2 e loja 3. Costumeiramente, essas papelarias enviam itens de uma loja para outra e o controle desses envios se dá por meio de uma matriz  $D = (d_{ij})$  de ordem 3, em que o valor da entrada  $d_{ij}$  indica o número de itens que a loja  $i$  enviou para a loja  $j$ . Em um determinado dia, a matriz de controle de envios foi

$$D = \begin{bmatrix} 0 & 15 & 4 \\ 3 & 0 & 7 \\ 8 & 0 & 0 \end{bmatrix}$$

Nos 3 dias seguintes, a loja 1 enviou, a cada dia, 11 itens para cada uma das lojas 2 e 3, a loja 2 enviou, no total desses 3 dias, 15 itens para a loja 3, e nenhum outro envio foi feito. Seja  $C$  a matriz que é a soma das matrizes de controle desses 4 dias, seja  $C^t$  a matriz transposta de  $C$  e seja  $S = C - C^t$ . As entradas  $s_{ij}$  da matriz  $S$  assim definida indicam o saldo de itens que a loja  $i$  tem com a loja  $j$  no período considerado e uma entrada negativa nessa matriz indica que a loja recebeu mais itens do que enviou. Os saldos  $s_{12}$ ,  $s_{23}$  e  $s_{31}$  são, respectivamente,

- a) 15, -7, 23.
- b) 23, 12, -7.
- c) 45, 22, -29.
- d) 29, 45, -23.
- e) 22, -12, 15.

**13.** Para realizar uma pesquisa, um órgão público irá fazer um conjunto de visitas domiciliares, tenha sido selecionada, de um grupo de 10 servidores, uma equipe composta por um supervisor, um coordenador e quatro pesquisadores. Se todos os servidores do grupo forem igualmente hábeis para o desempenho de qualquer uma dessas funções, de quantas maneiras distintas a equipe poderá ser formada?

- a) 12.600
- b) 6.300
- c) 1.050
- e) 210
- e) 120

**14.** Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de

Direito Constitucional é igual a:

- a)  $1/3$
- b)  $2/3$
- c)  $\frac{3}{4}$
- d)  $1/5$
- e)  $4/5$

**15.** A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável  $X$  em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se  $M_0$  representa a moda da amostra,  $M_D$ , a mediana amostral e  $M_E$ , a média aritmética, então o produto  $M_0 \times M_D \times M_E$  será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 64

**REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE FORTALEZA**

*Géssica Ehle*

**16.** De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, aprovado pela Resolução nº 1.670, de 21 de dezembro de 2020, trata-se de uma competência da Mesa da Câmara

- a) encaminhar pedidos escritos de informação a Secretários Municipais e a autoridades equivalentes
- b) julgar recurso contra decisão de Presidente de Comissão em Questão de Ordem
- c) publicar mensalmente resumo demonstrativo das despesas orçamentárias executadas no período
- d) declarar a prejudicialidade de proposição
- e) expedir notificações convocando para Sessões Legislativas Extraordinárias

**17.** Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, aprovado pela Resolução nº 1.670, de 21 de dezembro de 2020, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

A Câmara Municipal de Fortaleza instalar-se-á, no primeiro ano de cada legislatura, no dia \_\_\_\_\_, às 16h (dezesesseis horas), em sessão \_\_\_\_\_, independentemente de número, sob a presidência do Vereador \_\_\_\_\_.

- a) 1º de janeiro – ordinária – mais idoso dentre todos os eleitos
- b) 1º de fevereiro – solene – mais idoso dentre os de maior número de legislaturas presente
- c) 1º de janeiro – solene - mais idoso dentre os de maior número de legislaturas presente
- d) 1º de fevereiro – extraordinária – que obteve maior número de votos dentre os eleitos
- e) 1º de março – extraordinária – mais idoso

**18.** De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, o vereador que não tomar posse na sessão de instalação, ocorrida ao primeiro dia do primeiro ano de cada legislatura, deverá fazê-lo, salvo motivo justo, em

- a) até 05 dias
- b) até 10 dias
- c) até 15 dias
- d) até 20 dias
- e) até 30 dias

**19.** A partir do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, aprovado pela Resolução nº 1.670, de 21 de dezembro de 2020, sobre as sessões legislativas extraordinárias é correto afirmar que

- a) o Prefeito poderá promover sua convocação, tendo competência exclusiva para tanto
- b) caso entenda necessário, a 2/3 dos membros da Câmara poderão promover sua convocação
- c) quando convocada por autoridades legitimadas, não requer fundamentação específica
- d) instalar-se-ão desde que observada a antecedência mínima de 2 (dois) dias
- e) mediante justificativa previamente apresentada, poderão versar sobre assunto ou matéria estranha à convocação

**20.** Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, são deveres dos vereadores, à exceção de um, assinale-o.

- a) não se eximir de qualquer trabalho ou encargo relativo ao desempenho do mandato
- b) emitir votos e pareceres
- c) comparecer às sessões da Câmara Municipal, ou justificar verbalmente sua falta no início da próxima sessão
- d) votar nas reuniões da Comissão a que pertencer
- e) impugnar medidas e propostas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público

**21.** Nos termos da Resolução nº 1.670, de 21 de dezembro de 2020, não perderá o mandato o Vereador que:

- a) manter procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar
- b) deixar de comparecer, em cada sessão legislativa ordinária, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão autorizada
- c) perder ou tiver suspensos os direitos políticos
- d) que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa
- e) falecer enquanto ainda em exercício do mandato

**22.** A Resolução nº 1.670, de 21 de dezembro de 2020 prevê que o vereador poderá renunciar ao mandato, fato que gerará vaga na Câmara Municipal. Sobre a renúncia temos que:

- a) expressa, verbalmente ou por escrito, na presença de mínimo a 2/3 dos membros da Câmara para que se torne efetiva
- b) expressa ou tácita, por escrito, tendo como destinatário o Prefeito Municipal
- c) sempre que o vereador não comparecer à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão autorizada
- d) tornar-se-á efetiva e irrevogável depois de lida em Plenário e registrada na ata, na primeira sessão seguinte
- e) inexistente situação de renúncia tácita, uma vez que essa deverá ser expressa e feita por escrito

**23.** Sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, aprovado pela Resolução nº 1.670, de 21 de dezembro de 2020, julgue os itens abaixo assinalando a resposta correta.

- I. A Mesa Diretora será composta de 1 (um) Presidente, 1 (um) Primeiro Vice-Presidente, 1 (um) Segundo Vice-Presidente, 1 (um) Terceiro Vice-Presidente, 1 (um) Primeiro-Secretário, 1 (um) Segundo-Secretário, 1 (um) Terceiro Secretário, além de 1º, 2º e 3º Suplentes.
- II. O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para os mesmos cargos independentemente de legislatura.
- III. Os membros efetivos da Mesa Diretora não poderão fazer parte de Comissões Permanentes.
- IV. Havendo vaga em um cargo da Mesa Diretora, deverá ser realizada eleição, dentro de até 5 (cinco) sessões ordinárias.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) Todas as assertivas

**24.** Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, assinale a alternativa que não corresponde a uma comissão temporária.

- a) Comissão Especial
- b) Comissão Representativa
- c) Comissão Parlamentar de Inquérito
- d) Comissão de Negociação
- e) Comissão de Constituição e Justiça

25. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, enumere corretamente as colunas.

1. supressiva
2. substitutiva
3. subemenda
4. aditiva
5. aglutinativa

A ordem correta é:

- ( ) resulta da fusão de outras emendas, ou destas com o texto
- ( ) manda erradicar qualquer parte de outra proposição
- ( ) apresentada como sucedânea
- ( ) acrescenta-se a outra proposição
- ( ) apresentada a outra emenda
- a) 1 – 2 – 4 – 3 – 5
  - b) 2 – 3 – 4 – 5 – 1
  - c) 5 – 1 – 2 – 4 – 3
  - d) 4 – 3 – 5 – 1 – 2
  - e) 3 – 2 – 4 – 5 – 1

## **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

*Rodrigo Francelino*

26. Assinale a alternativa correta sobre a competência do Município:

- a) O Município pode legislar sobre assuntos de interesse local, mas não tem a prerrogativa de suplementar as legislações federal e estadual.
- b) A competência do Município inclui a criação, organização e supressão de distritos, sendo desnecessário observar as legislações federal e estadual.
- c) O Município não tem competência para instituir e arrecadar tributos, ficando exclusivamente a cargo da União e do Estado essa responsabilidade.
- d) O Município pode organizar e prestar serviços públicos de interesse local sob regime de concessão, permissão ou autorização, excluindo-se o transporte coletivo, iluminação pública e o fornecimento de água potável, que não têm caráter essencial.
- e) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino superior;

27. A duração do mandato dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal é:

- a) Um ano, sem possibilidade de reeleição.
- b) Dois anos, com possibilidade de reeleição para cargos diferentes.
- c) Três anos, com possibilidade de reeleição por apenas uma vez.
- d) Dois anos, permitida a reeleição para os mesmos cargos, independentemente de legislatura.
- e) Um ano, com possibilidade de reeleição.

**28.** Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

- a) instituir e arrecadar tributos de sua competência, entretanto sem aplicar suas rendas;
- b) autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- c) votar somente o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), visto que o projeto de lei orçamentária anual (LOA) e o projeto de lei do plano plurianual (PPA) do Município serão discutidos e votados pela Assembleia Legislativa de Fortaleza;
- d) Outorgar ao Senado Federal a concessão de empréstimos, operação ou acordo externo de qualquer natureza, operações de crédito e aplicações financeiras em bancos oficiais, pela administração direta e indireta, bem como as formas e os meios de pagamento.
- e) criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado em prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros

**29.** Nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, a respeito do processo legislativo, é correto afirmar que:

- a) as leis complementares serão aprovadas por maioria simples, observado o mesmo rito de votação das leis ordinárias.
- b) se o Prefeito considerar o projeto de lei aprovado pela Câmara, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento.
- c) a Lei Orgânica da Guarda Municipal deve ter a forma de lei complementar.
- d) a iniciativa popular para apresentação de projetos de lei, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, será tomada por 10% (dez por cento) do eleitorado do Município. E uma vez que não haja a espécie normativa das medidas provisórias no âmbito do Município de Fortaleza, o Prefeito não poderá

solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

- e) O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa e a Câmara deverá se manifestar até 10 dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

**30.** Considerando a Lei Orgânica e o Poder Executivo, assinale a opção incorreta:

- a) O Poder Executivo do Município é exercido pelo Prefeito, com o auxílio dos Secretários Municipais, diretores de órgãos públicos e administradores regionais.
- b) O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
- c) Se decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo comprovado motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, será este declarado vago.
- d) O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em suas ausências do território municipal superiores a sete dias, do País por qualquer tempo e em caso de impedimentos, sucedendo-lhe no caso de vacância.
- e) Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Governador do Estado.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CIÊNCIA POLÍTICA***Alê Lopes*

**31.** Em um seminário sobre teorias democráticas, cinco grupos apresentaram trabalhos abordando as teorias de Dahl, Schumpeter, Tocqueville, Norberto Bobbio e Aristóteles. Cada grupo explicou as contribuições desses teóricos para a compreensão da democracia. No entanto, um dos grupos apresentou informações incorretas sobre a teoria democrática de um desses autores.

Identifique qual das seguintes afirmações está **INCORRETA** de acordo com as teorias dos autores mencionados:

- a) Aristóteles: Ele classificou a democracia como uma das formas degeneradas de governo, criticando-a por sua instabilidade e propensão à demagogia.
- b) Joseph Schumpeter: Schumpeter definiu a democracia como um sistema de competição política baseado na escolha de líderes por meio de eleições periódicas.
- c) Alexis de Tocqueville: Tocqueville enfatizou que a democracia pode ser prejudicial à liberdade individual, se não houver restrições adequadas ao poder da maioria.
- d) Norberto Bobbio: Bobbio argumentou que a democracia moderna deve ser caracterizada pela proteção dos direitos fundamentais e pela soberania popular representativa.
- e) Robert Dahl: Dahl argumentou que a democracia é alcançada quando todos os cidadãos participam diretamente na tomada de decisões políticas, sem a necessidade de representação.

**32.** Joseph Schumpeter acertou em cheio quando sustentou que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

A teoria elitista de Schumpeter sobre a democracia está corretamente expressa em :

- a) Schumpeter argumentou que a democracia ideal é aquela em que não há elites políticas e todos os cidadãos participam igualmente das decisões políticas.
- b) A teoria de Schumpeter enfatizava que a estabilidade política só poderia ser alcançada por meio da concentração de poder nas mãos de um líder carismático, eliminando assim a competição entre elites políticas.
- c) A visão de Schumpeter sobre a participação política enfatizava a competição entre partidos políticos e candidatos por meio de eleições regulares, com os cidadãos escolhendo entre as opções apresentadas pelos candidatos, em um modelo de "mercado de votos".
- d) Schumpeter acreditava que a participação política direta dos cidadãos, como referendos e iniciativas populares, era a pedra angular de sua teoria democrática.
- e) De acordo com Schumpeter, a competição política deveria ser suprimida em favor de um governo centralizado, controlado por um único partido político, para evitar conflitos e instabilidade.

**33.** A organização das agremiações foi prevista pela Constituição Federal e os critérios para a criação dos partidos foi estabelecido na Lei dos Partidos Políticos, instituída em 1995. De acordo com a legislação, os partidos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e sua criação é livre, desde que respeite a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais.

(ROMANO, Anna Carolina. "Partidos políticos no Brasil", 08/04/2022. Disponível em: <<https://www.blog.inteligov.com.br/partidospoliticos-brasil>>. Acessado em 27/09/2023.)

Em 2022, pela primeira vez foi aplicada nas eleições as "federações partidárias". Em setembro de 2023 existiam três federações partidárias na legislatura brasileira: a Fe Brasil (PT, PCdoB e PV), a Fe-PSDB-Cidadania e a Fe-PSOL-REDE.

A criação das federações partidárias tem, como principal objetivo, o(a)

- a) busca pela ampliação da pluralidade partidária, favorecendo a criação de novos partidos e permitindo a proliferação de representações ideológicas diversas.
- b) facilitação da coligação entre os partidos majoritários, minimizando a influência de novos partidos e representações minoritárias no cenário político, a fim de manter a estabilidade política do país.
- c) democratização extensiva da representatividade partidária, sem necessidade de conformidade com critérios legislativos estritos.
- d) limitação da quantidade de partidos políticos, em conjunto com outras medidas, a fim de evitar a fragmentação político-partidária.
- e) fomento à diversidade ideológica sem restrições, viabilizando a representação de uma multiplicidade de visões de mundo.

**34.** Sobre a palavra "Estado", Michel Senellart escreve:

A palavra era de uso corrente na literatura política do século XV para designar o poder de um homem ou de um grupo no comando da cidade. Assim falava-se do *stato de' Medici* (estado de Médici). É nesse sentido de autoridade, de preeminência, circunscrito ao *sujeito* do poder, que Maquiavel a emprega mais frequentemente. A expressão *manter o estado*, para o príncipe, é então sinônimo de *se manter no seu estado*, manter-se em sua posição. *Stato* (Estado) remete portanto ao interesse próprio do príncipe, diferente do da cidade, quando não lhe é contrário.

(SENELLART, Michel. *As artes de governar*, trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 226).

A partir de seus conhecimentos sobre a teoria política de Nicolau Maquiavel, assinale a alternativa que melhor compreende a sua noção de poder:

- a) A noção de poder de Maquiavel é baseada na ideia de que o Estado representa o interesse exclusivo do príncipe, e não o interesse da cidade.
- b) Maquiavel usa a palavra "Estado" para se referir à autoridade e preeminência de um grupo no comando da cidade, enfatizando a importância do bem-estar coletivo sobre os interesses individuais.
- c) De acordo com Maquiavel, manter o Estado significa manter-se no poder e proteger os interesses do príncipe, mesmo que isso seja contrário aos interesses da cidade.
- d) Maquiavel usa o termo "Estado" exclusivamente para descrever a autoridade de um grupo governante sobre a cidade, sem considerar a dinâmica política e as relações de poder mais amplas.
- e) A noção de poder de Maquiavel é centrada na ideia de que o Estado deve ser mantido à custa do príncipe, priorizando o bem comum e a estabilidade da cidade.

**35.** A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. [...] Nas relações entre dominantes e dominados, por outro lado, a dominação costuma apoiar-se internamente em bases jurídicas, nas quais se funda a sua “legitimidade”, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar consequências de grande alcance. Em forma totalmente pura, as “bases de legitimidade” da dominação são somente três, cada uma das quais se acha entrelaçada — no tipo puro — com uma estrutura sociológica fundamentalmente diversa do quadro e dos meios administrativos.

(WEBER, Max. *Sociologia*, organizado por Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2003, p. 128)

Relacione o tipo de dominação com a coluna correspondente.

I. Dominação carismática.

(a) Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à *regra* estabelecida.

II. Dominação legal.

(b) O tipo daquele que ordena é um “senhor” aqueles que o obedecem são “súditos”.

III. Dominação tradicional.

(c) O tipo que manda é o “líder” e o que o Obedece é o “seguidor” ou “apóstolo”.

a) I-a; II-b; III-c.

b) I-c; II-b; III-a.

c) I-c; II-a; III-b.

d) I-b; II-c; III-a.

e) I-b; II-a; III-c.

**36.** O autor classificou os sistemas partidários dos países democráticos a partir da relação dos partidos com o princípio de maioria. No sistema predominante, um único partido obtém, por um período prolongado (quatro legislaturas), a maioria parlamentar. Já no sistema bipartidário, dois partidos competem para a obtenção da maioria, com o revezamento do poder entre eles. Os sistemas multipartidários são aqueles em que nenhum partido se aproxima da maioria absoluta.

(NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia*. Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 32)

O nome do pensador a que a teoria exposta no texto faz referência é:

a) Maurice Duverger.

b) Max Weber.

c) Jean Blondel.

d) Norberto Bobbio.

e) Giovanni Sartori.

**37.** Se, para conter a violência do tráfico é preciso reprimi-lo, não raro com emprego de força repressiva igualmente violenta, como estabelecer os limites entre o uso adequado e necessário para conter o crime organizado e o uso abusivo? Como assegurar que, para resgatar o monopólio estatal da violência fraturado pela ação dos grupos de traficantes não se esteja, por essa via, abrindo mão do controle civil sobre as forças repressivas, este igualmente um requisito fundamental do mesmo monopólio?

(ADORNO, Sérgio. "Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: MICELI, Sérgio; et al (Org.). *O que ler na ciência social brasileira* 1970-2002. São Paulo: Sumaré, 2002, v. IV, p. 267-307., p. 28).

O texto de Sérgio Adorno discute o monopólio estatal da violência em um contexto presente na realidade brasileira. Avalie as seguintes afirmações:

- I. O uso de força repressiva pelo Estado para conter a violência do tráfico será abusivo independentemente do contexto no qual for mobilizado.
- II. O controle civil sobre as forças repressivas é essencial para garantir que o Estado não abuse do seu monopólio da violência.
- III. Para conter a violência do tráfico, o Estado deve encontrar um equilíbrio entre o uso da força repressiva e o respeito ao controle civil.

Está correto o que se diz em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

**38.** O Estado é a sede da soberana potência, o ponto focal da ordem pública. Essa ordem é definida pelas Leis: essas determinam, segundo a necessidade, as normas da existência social em seu aspecto público; o Estado é senhor de "dá-las e de revogá-las". Do mesmo modo, pertence às suas prerrogativas absolutas declarar a paz e a guerra, dirigir a administração, julgar em última instância e conceder a graça, cunhar moeda e arrecadar impostos.

(CHÂTELET, François; et al. *História das Ideias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 44)

O texto acima apresenta a teoria do poder soberano em Bodin. Sobre essa teoria, avalie as seguintes afirmações e assinale a correta:

- a) Através do consentimento popular é que o poder se legitimaria.
- b) O objetivo principal do poder soberano é a ordem pública e a paz entre Estados.
- c) Qualquer indivíduo teria capacidade de desenvolver e aplicar o poder soberano.
- d) A legitimidade do teria de ser confirmada teocraticamente, pois viria de Deus.
- e) O poder soberano é um poder absoluto, ilimitado e indivisível.

**39.** O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX.

(HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 141)

Ao excerto acima citado, podemos associar o seguinte conceito que marca o processo de formação do Estado brasileiro

- a) Subdesenvolvimento.
- b) Patrimonialismo.
- c) Sentido da colonização.
- d) Racialização.
- e) Marxismo.

**40.** Habermas encontra no agir comunicativo dos participantes numa interação mediada linguisticamente a única maneira de escapar daquela atitude objetivante que um sujeito isolado assume em relação ao mundo. O mundo da vida, em Habermas, continua sendo aquele horizonte pré-temático no qual os existentes se movimentam desde sempre e no qual vão buscar os seus padrões de interpretação do que se encontra à mão.

(Adaptado de HADDAD, Fernando. *De Marx a Habermas: o materialismo histórico e seu paradigma adequado*. Doutorado em Filosofia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996, p. 140-141.)

Podemos afirmar que, segundo Jürgen Habermas, o agir comunicativo

- a) demonstra a necessidade humana do consumo para a manutenção de sua existência material.
- b) reforça a ética democrática, através dos debates que ocorrem entre sociedade e Estado através da deliberação coletiva.
- c) representa os atos de entendimento humano realizados através de métodos pedagógicos verticalizados.

d) cria uma narrativa histórica que busca contar a história dos vencidos e movimento o jogo de uma maneira teleológica.

e) garante as bases da razão instrumental, que se baseia na técnica para a melhor gestão do cotidiano das pessoas.

**42.** O sistema majoritário tem o propósito de assegurar apenas a representação do(s) candidato(s) mais votado(s) em uma eleição. Em geral, a fórmula majoritária é utilizada em distritos uninominais. [...] Os sistemas proporcionais procuram garantir uma equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos que disputaram uma eleição. Por exemplo, um partido que recebesse 15% dos votos ficaria com um percentual de representação próximo a 15%.

(NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*, 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, ps. 17 e 37).

Dentre as críticas ao sistema majoritário e as críticas ao sistema proporcionais, podemos apontar:

- a) o sistema majoritário pode criar uma falsa sensação de vitória ou estabilidade política; já o sistema proporcional dificultaria a formação de governos, dando ênfase à representatividade.
- b) o sistema majoritário enfatiza a dimensão territorial da representação; já o sistema proporcional seria mais fácil para a manipulação por *lobbys* e até vias oficiais.
- c) o sistema majoritário dificulta o controle sobre as atividades dos representantes eleitos; já o sistema proporcional facilita o controle sobre as atividades dos representantes eleitos.
- d) o sistema majoritário permitiria a criação de governos menos plurais; já o sistema proporcional dificulta a formação de governos coesos e que consigam ter maior governabilidade.
- e) o sistema majoritário seria mais democrático ao levar em conta mais opiniões; já o sistema proporcional seria mais afeito às oligarquias.

**43.** Sobre a abordagem do institucionalismo de Douglass North, podemos afirmar que

- I. Tem um caráter metodológico direto, sem utilização de analogias.
- II. Busca entender como se relacionam os valores e os sujeitos junto às instituições.
- III. As instituições conformam-se às equipes em um jogo, e as regras são as normas.

Está correto o que se diz em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

**44.** O artigo da Constituição que regula a função e fundação dos partidos políticos é o artigo 17, que determina:

“É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana”

(BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Sobre os partidos políticos no atual sistema eleitoral brasileiro, assinale o que for correto:

- a) têm o direito de autonomia econômica, sendo regulamentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em relação a motivos econômicos.
- b) podem representar interesses de quaisquer grupos políticos, desde interesses nacionais a interesses internacionais.
- c) devem se registrar no Tribunal Regional Eleitoral, apenas, pois os TREs estão vinculados ao Tribunal Supremo Eleitoral (TSE).
- d) todos os partidos têm acesso igualitário a fundo partidário e também acesso gratuito à propaganda eleitoral no rádio e na televisão.
- e) devem ter caráter nacional, e precisam de apoio em pelo menos 9 unidades da federação para poder ser regularizados.

**45.** No século XXI, tem se presenciado uma crise de representação nos países ocidentais, com um gap crescente entre governo e sociedade, somados à frustração nas percepções sobre a democracia, bem como a falta de legitimidade das instituições políticas tradicionais, especialmente dos partidos políticos. Tais padrões são expressos através da insatisfação e desafeto dos cidadãos com a política e suas instituições, uma vez que estes não se sentem devidamente representados e não veem suas demandas serem atendidas.

(COSTA, Andressa Liegi Vieira; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. “Crise de representação e cultura política no Brasil: como participam os brasileiros?”. *Rev. Cadernos de Campo*, jul./dez. 2018, p. 174)

Uma das políticas públicas realizada nos últimos anos em combate à crise da representação no Brasil pode ser caracterizada na:

- a) criação de assembleias comunitárias locais em detrimento das câmaras de vereadores.
- b) investimento em propaganda e apoio para a promoção de identificação entre os eleitores e os seus representantes.
- c) enxugamento da máquina pública estatal federal, a fim de garantir a maior autonomia dos poderes regionais.
- d) reformas eleitorais que diminuem os quadros partidários e estimulam a criação de federações partidárias.
- e) formação de grupos de trabalho federais para a formação política das massas.

**46.** Quando a falta de participação política é involuntária (por exemplo, por conta da pobreza ou do racismo), então tanto a justiça quanto a democracia encontram-se obviamente diminuídas, afinal, alguns cidadãos estão sendo tratados como tendo uma posição inferior à de seus compatriotas.

(Adaptado de PATEMAN, Carole; DOWDING, Keith; GOODIN, Robert E. "Introduction: between justice and democracy" in idem (orgs.). *Justice and Democracy: Essays for Brian Barry*. Cambridge (RUN): Cambridge University Press, 2004, p. 7)

Segundo Carole Pateman, a participação dos cidadãos é, para a democracia,

- a) impositiva e necessária.
- b) educativa e fundacional.
- c) aberta e contratual.
- d) limitada e elitista.
- e) comunitária e secundária.

**47.** Considerando as estruturas e funções que compõem o funcionamento parlamentar no Brasil, qual dos seguintes órgãos ou instâncias NÃO é diretamente responsável pela organização e condução das atividades legislativas?

- a) A Presidência.
- b) A Mesa Diretora.
- c) Colégio de Líderes.
- d) As Comissões.
- e) Gabinetes dos parlamentares.

**48.** O funcionamento parlamentar é o direito que possuem os partidos políticos de se fazerem representar como tal nas casas legislativas. Consiste no direito de seus membros se organizarem em bancadas, sob a direção de um líder de sua livre escolha, e de participarem das diversas instâncias da casa legislativa.

Fonte: TSE. tse.jus.br

O princípio que fundamental o funcionamento parlamentar é:

- a) colegialidade
- b) universalidade
- c) autonomia
- d) transparência
- e) unipessoalidade

**49.** Analisando a estrutura bicameral do Poder Legislativo brasileiro e o papel de suas duas casas, qual das seguintes afirmações melhor explica a dinâmica entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal no contexto da legislação federal?

- a) Apenas a Câmara dos Deputados tem o poder de iniciar projetos de lei orçamentários, enquanto o Senado atua primariamente como revisor dessas propostas.
- b) O Senado Federal é o único responsável pela ratificação de tratados internacionais, sem qualquer participação da Câmara dos Deputados.
- c) Ambas as casas têm o poder de iniciar legislação, mas certas matérias são reservadas a cada uma, refletindo a distribuição de competências legislativas.
- d) As decisões tomadas pela Câmara dos Deputados são finais e não requerem a aprovação do Senado para se tornarem lei.
- e) O Senado Federal e a Câmara dos Deputados operam de forma completamente independente, sem necessidade de concordância mútua em questões legislativas.

50. A ideia de dividir os Poderes está associada à transição das monarquias absolutistas para o Estado-nação moderno. Nas monarquias absolutistas o poder era fortemente concentrado na figura do rei. Com a ocorrência de sucessivos e violentos conflitos – como a Revolução Gloriosa (1689), a Independência dos Estados Unidos (1783) e a Revolução Francesa (1789) – aos poucos os monarcas foram perdendo o poder absoluto e os parlamentos foram se fortalecendo. A gênese teórica da divisão de Poderes está na obra “O Espírito das Leis”, publicada pelo filósofo francês Montesquieu em 1748. Porém, um dos mais importantes marcos modernos da divisão dos Poderes ocorreu com a Constituição dos Estados Unidos. Em 1789, os americanos fundaram seu Congresso, a Suprema Corte e elegeram, por colegiado, George Washington presidente. As três instituições se mantêm em funcionamento até hoje. A divisão foi adotada nas repúblicas modernas com o objetivo de equilibrar o exercício do poder no Estado.

(NEXO Jornal. Como é a divisão de poderes no Brasil e por que ela está tensionada. Out/2017)

Considerando o texto e seus conhecimentos, sobre a relação entre os três poderes no Estado moderno, está correta a afirmação.

- a) apesar do equilíbrio, a função de impedir que os diferentes atores políticos cometam abusos de autoridade é de responsabilidade do poder executivo.
- b) o modelo de sucesso do tipo de Estado organizado com base na equilíbrio nos três poderes tem origem na França.
- c) o modelo mais completo da teoria da tripartição de poderes é aquele que inclui o poder moderador.
- d) a base teórica apoiada na negação do poder absoluto advoga pela independência e autonomia entre os poderes como prevenção do uso tirânico do poder.
- e) a supressão das monarquias foi condição para a consolidação da teoria da divisão dos três poderes.

## PROCESSO LEGISLATIVO

*André Alencar*

51. Segundo a teoria do Mestre José Afonso da Silva, assinale a alternativa incorreta quanto aos princípios que regem o processo legislativo.
- a) Indissociabilidade entre discussão e votação: A votação obrigatoriamente segue-se ao encerramento da discussão. Não é possível se discutir uma matéria em uma sessão e fazer sua votação em outra sessão.
  - b) Publicidade: As deliberações são, em regra, públicas, se realizam perante o público. Assim, o normal é termos a presença do público. A publicação das atas e o acesso à informação livre das sessões podem ser considerados consequência do princípio da publicidade.
  - c) Oralidade: Os debates, por princípio, serão feitos de viva voz, tanto na discussão como na votação, muito embora admite-se que discursos sejam enviados à publicação sem terem sido pronunciados.
  - d) Unidade da Legislatura: A legislatura marca o período de funcionamento de “cada Congresso”. No final da legislatura, a regra é considerar terminados todos os assuntos e extintas as comissões temporárias. Conforme o andamento da proposição, é possível que haja regra específica quanto ao arquivamento ou não.
  - e) Exame prévio por comissões: É uma regra geral já sedimentada na maior parte dos Parlamentos (desde o século XIX) que, primeiro as comissões apresentem parecer, para depois a matéria ser discutida e votada em plenário. Seguindo-se essa regra, as comissões terão um poder instrutório para estudar a matéria com maior profundidade e trazer argumentos e informações relevantes para o momento da votação em plenário.

**52.** Caio, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Câmara Municipal de Fortaleza, se deparou com três proposições legislativas:

*I. um projeto de lei de autoria do Prefeito no qual foi solicitada urgência;*

*II. um projeto de lei em que, na forma do regimento, é dispensada a competência do Plenário, sendo discutido e votado no âmbito das comissões; e*

*III. um projeto de lei ordinária.*

Considerando o procedimento legislativo a ser observado nessas três proposições, é correto afirmar que estamos perante, respectivamente, procedimentos

- a) abreviado, sumário e especial.
- b) sumário, conclusivo e reduzido.
- c) concentrado, especial e reduzido.
- d) sumário, abreviado e ordinário.
- e) abreviado, sumário e terminativo.

**53.** Com relação às sessões legislativas parlamentares, por força das normas constitucionais, é correto afirmar que

- a) a sessão legislativa ordinária compreende o período de 2 de fevereiro a 22 de dezembro, sendo o recesso do meio do ano uma exceção, considerada como sanção premial para o caso de o legislativo ter conseguido aprovar o PLDO até 16 de julho.
- b) em caso de urgência ou interesse público, somente o Presidente da República pode convocar a sessão extraordinária do Congresso Nacional.
- c) apenas no início de legislatura será realizada a eleição da Mesa da Casa Legislativa em sessão preparatória a ser iniciada a partir do dia 1º de fevereiro.
- d) na sessão legislativa extraordinária, o Poder Legislativo somente poderá deliberar sobre matéria para a qual foi convocado.

e) O Chefe do Executivo deve prestar o compromisso de posse perante o Poder Legislativo que, para isso, poderá fazer uma convocação extraordinária. Porém, ainda que em convocação extraordinária é vedado o pagamento aos membros do Poder Legislativo de verba indenizatória.

**54.** Associe as espécies normativas com suas características:

I. emendas à Constituição;	A) Se submete à sanção ou veto;
II. leis complementares;	B) É aprovada por quórum de maioria simples;
III. medidas provisórias;	C) Pode ser aprovada em processo unicameral;
IV. resoluções;	D) Depende de aprovação em dois turnos;

- a) I-A; II-C; III-B e IV-D.
- b) I-C; II-A; III-D e IV-B.
- c) I-D; II-A; III-B e IV-C.
- d) I-D; II-A; III-C e IV-B.
- e) I-B; II-D; III-A e IV-C.

**55.** Sobre as fases do processo legislativo, analise as afirmações abaixo e marque a alternativa correta.

*I- Embora a doutrina não seja uníssona quanto às fases ou etapas do processo legislativo, em geral aceita-se que há uma fase de introdução ou de iniciativa, uma fase de deliberação que pode envolver a tramitação legislativa e apreciação executiva e, por fim, uma fase de aperfeiçoamento, normalmente constituindo em promulgação e publicação.*

*II- A iniciativa das proposições legislativas encontra-se em rol exaustivo, contemplando os seguintes órgãos: membros ou Comissões do Parlamento, Chefe do Executivo, Tribunais, Chefe do Ministério Público e iniciativa popular.*

*III- Quanto ao emendamento que ocorre dentro da Casa Parlamentar podemos ter, entre outras, emendas aditivas, supressivas e modificativas. As emendas podem modificar formal ou substancialmente a proposição, porém, segundo o STF, não podem trazer matéria estranha ao projeto original.*

*IV- No direito brasileiro o veto não é definitivo, ao contrário, é relativo ou superável podendo ser derrubado pelo Poder Legislativo. Porém, a derrubada do veto depende de quórum sempre superior ao quórum inicialmente utilizado na aprovação da proposição.*

- a) V; F; F; V.
- b) V; F; V; F.
- c) V; V; V; F.
- d) F; V; F; V.
- e) F; F; F; V.

**56.** Analise as afirmativas abaixo acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito e marque a alternativa INCORRETA.

- a) Mediante juízo vinculado, cabe ao presidente da Câmara Municipal autorizar a instauração de CPI, após o requerimento de um terço dos vereadores, presentes os demais requisitos.
- b) As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.
- c) CPI não possui poder geral de cautela, portanto a CPI não pode decretar a indisponibilidade dos bens de investigados.
- d) A CPI pode determinar interceptação telefônica para apuração de crimes punível com pena de reclusão, na forma da lei de regência da matéria.
- e) As comissões parlamentares de inquérito podem prender em flagrante aquele que, perante os parlamentares, mentir deliberadamente sobre fatos já comprovados por outros meios idôneos de prova.

**57.** Segundo a Constituição Federal de 1988, constitui uma inovação primária na ordem jurídica promovida pelo chefe do Executivo ad referendum do Parlamento, com hierarquia de lei ordinária:

- a) Decreto do Presidente da República.
- b) Medida Provisória.
- c) Proposta de lei complementar de iniciativa privativa do chefe do Executivo.
- d) Portaria.
- e) Lei delegada.

**58.** Suponha que o Chefe do Executivo tenha editado decreto reestruturando determinada Secretaria do Município. Nos termos do referido decreto, operou-se a concentração de atribuições em determinados órgãos da Pasta, com a correspondente redução em outros. Além disso, o ato extinguiu cargos vagos, efetivos e de livre provimento. Referido decreto foi contestado judicialmente pelos servidores, sustentando que o mesmo não encontra base legal, extrapolando, assim, os limites do poder regulamentar conferido ao Chefe do Executivo. Considerando as competências constitucionalmente estabelecidas, conclui-se corretamente que a edição do referido ato afigura-se juridicamente:

- a) ilegítima, eis que a extinção de cargos efetivos, ainda que vagos, constitui matéria de reserva de lei, não podendo ser operada por decreto.
- b) legítima, eis que se situa no âmbito e nos limites da competência do poder normativo do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.
- c) legítima apenas no que concerne à realocação de atribuições internas, porém inconstitucional quanto à extinção de cargos, por afronta ao princípio da legalidade.
- d) legítima apenas se precedida de delegação legislativa para o Poder Executivo, ainda que de forma genérica, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes.
- e) ilegítima, pois tanto a extinção de cargos como a reorganização de atribuições administrativas constituem matéria reservada ao campo da lei em sentido formal, cabendo apenas a regulamentação por decreto.

**59.** No que se refere à mudança formal da Constituição Federal de 1988, sabe-se que foram previstos dois procedimentos legislativos distintos, um com escopo no art. 3º, do ADCT - conhecido como “Revisão Constitucional” e outro com escopo no art. 60, da CF - conhecido como “Emenda Constitucional”. Sobre o tema, analise as afirmativas e marque a alternativa correta.

- I. enquanto a proposta de emenda constitucional pode ser apresentada a qualquer momento, a proposta de revisão constitucional somente poderia ser iniciada durante os primeiros cinco anos após a promulgação da Constituição Federal;*
- II. o processo legislativo previsto para a revisão constitucional é considerado menos rígido quanto ao quórum e turnos de votação, porém, ainda que não expressamente previsto, se submete também aos limites materiais expressos, tradicionalmente conhecidos como cláusulas pétreas;*
- III. as emendas constitucionais de revisão foram promulgadas pela Mesa do Congresso Nacional enquanto as emendas constitucionais aprovadas em conformidade com o art. 60 da CF devem ser promulgadas pela Mesa da Câmara dos Deputados e Mesa do Senado Federal.*

Em relação às conclusões de João e Maria

- a) apenas a conclusão I está correta.
- b) apenas a conclusão II está correta.
- c) apenas a conclusão III está correta.
- d) apenas as conclusões I e III estão corretas.
- e) apenas as conclusões II e III estão corretas.

**60.** Processo legislativo é o conjunto de regras procedimentais previstas na Constituição, tendentes a regulamentar a elaboração das espécies normativas. Nesse contexto, destaca-se a:

- a) emenda à Constituição, cuja proposta é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 60% dos votos favoráveis dos respectivos membros.
- b) medida provisória, que é adotada pelo Presidente da República, em caso de oportunidade e conveniência, com força de lei, tendo o Congresso Nacional prazo máximo de 180 dias para convertê-la em lei ou rejeitá-la.
- c) lei ordinária, sendo que o projeto de lei aprovado por maioria absoluta em uma Casa é revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção.
- d) lei complementar, a qual tem objetivo de complementar leis anteriores em matéria processual, dispendo sobre procedimentos administrativos ou judiciais.
- e) lei delegada, que é adotada pelo Presidente da República, o qual delega para o Congresso Nacional competência para elaboração de lei cuja iniciativa originária era do Poder Executivo.

**61.** A Constituição da República de 1988, em seu artigo 2º, dispõe que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Nesse contexto, afirma-se que:

- a) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário exercem, com primor, mas não de forma exclusiva, as funções legislativa, administrativa e jurisdicional, respectivamente.
- b) pelo princípio da separação dos poderes, não pode haver interferências de um Poder sobre outro Poder.
- c) a função legislativa é exercida, por excelência, pelo Poder Legislativo, e excepcionalmente pelo Poder Executivo, mas não pode ser praticada pelo

Judiciário, ainda que seja na forma de legislação negativa.

- d) os Poderes Judiciário e Legislativo se auto-organizam e, por isso, exercem tipicamente a função administrativa, estando proibidos de exercer a função jurisdicional já que o Poder Judiciário goza do monopólio da jurisdição.
- e) a função legislativa típica é exercida, em regra, pelo Poder Legislativo e atípica pelo Poder Executivo, por exemplo, por meio de Decretos Legislativos.

**62.** O Estado do Ceará editou a Lei nº XX sobre assunto de competência concorrente, no qual a União ainda não tinha se pronunciado legislativamente. Alguns anos se passaram e a União resolveu editar a Lei nº YY. No cotejo das duas normas, um consultor legislativo verificou que a Lei Federal veiculou normas gerais sobre o tema em sentido diametralmente oposto àquele realizado pela Lei nº XX. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- a) a Lei nº YY tem o condão de revogar a Lei nº XX.
- b) a Lei nº XX passou a ser considerada inconstitucional, é um dos casos da inconstitucionalidade superveniente em decorrência de inovação legislativa de Ente hierarquicamente superior.
- c) a Lei nº XX sempre foi inválida em razão da impossibilidade de o Estado do Ceará legislar sobre tema inserido na competência concorrente.
- d) a Lei nº YY apenas suspendeu a eficácia da Lei nº XX, não se tratando de revogação.
- e) a Lei nº XX, em razão do princípio da prevalência do interesse, continuará a ser aplicada no Estado Alfa.

**63.** Considerando aspectos constitucionais sobre o Poder Legislativo nos três âmbitos da federação brasileira, é correto afirmar que:

- a) o Senado Federal se compõe de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) cada legislatura terá a duração de quatro anos, exceto no Senado Federal que terá a duração de oito anos.
- c) os vereadores possuem as mesmas imunidades e prerrogativas dos parlamentares estaduais.
- d) o número de vereadores deverá ser proporcional, sendo o mínimo de nove e o máximo de 94 vereadores.
- e) enquanto deputados federais e senadores podem receber subsídios equivalentes ao teto constitucional, os subsídios dos vereadores são limitados a 75% dos subsídios dos deputados estaduais.

**64.** O processo legislativo prevê uma variedade de atos normativos que devem ser elaborados segundo os seus ditames, dentre os quais figura a Medida Provisória. Sobre o referido instrumento normativo, avalie as afirmativas abaixo:

- I. A autoria do referido ato normativo será sempre do Poder Executivo, tratando-se de competência exclusiva, indelegável.*
- II. As Medidas Provisórias devem ser votadas nas duas Casas Parlamentares, separadamente, ainda que possuam uma fase de discussão em comissão mista, sendo aprovada no parlamento, deverá ser apresentada à sanção do Presidente da República.*
- III. As Medidas Provisórias definitivamente aprovadas serão convertidas em Leis Ordinárias.*
- IV. Embora existam pressupostos específicos para a edição das Medidas Provisórias, não cabe ao Poder Judiciário o controle de tais pressupostos, ficando a cargo exclusivo do Poder Legislativo o controle quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais.*
- V. Existem limites expressos de matéria para inclusão no corpo das Medidas Provisórias.*

Estão incorretas apenas as afirmativas:

- a) III e IV.
- b) I e IV.
- c) II, IV e V.
- d) II e III.
- e) I e III.

**65.** Quanto à técnica legislativa, associe as colunas e marque a alternativa correta.

I - Epígrafe	A) Síntese, em poucas palavras do que trata a lei;
II - Referenda	B) Traz a data da promulgação;
III - Fecho	C) Assinatura de Ministros da área de aplicação da lei;
IV - Preâmbulo	D) Autoridade competente e base legal;
V - Ementa	E) Tipo normativo, nº e data;

- a) I-E; II-C; III-B; IV-D e V-A.
- b) I-D; II-B; III-E; IV-A e V-C.
- c) I-E; II-A; III-D; IV-C e V-B.
- d) I-B; II-C; III-E; IV-D e V-A.
- e) I-E; II-C; III-D; IV-B e V-A.

**66.** A exemplo do que ocorreu com a “Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo”, segundo disposto na Constituição Federal, um tratado internacional de direitos humanos será equivalente às emendas constitucionais, desde que:

- a) Aprovado por maioria absoluta em dois turnos.
- b) Aprovado por três quintos dos votos dos membros de ambas as casas em turno único e em sessão conjunta.
- c) Sancionado pelo Presidente da República ou superado o veto, após aprovação do Congresso Nacional na forma da Constituição.
- d) Aprovado por três quintos dos votos de cada Casa, considerando que passe por, pelo menos, quatro votações, sendo duas na Câmara dos Deputados, onde inicia-se a tramitação, e duas no Senado Federal.
- e) Promulgado pelo Presidente da República após a aprovação do Congresso Nacional em dois turnos e por três quintos dos votos em sessão conjunta.

**67.** Conforme o Art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, os textos legais serão articulados com observância a alguns princípios, dentre os quais está o desdobramento dos artigos. Analise os elementos abaixo e encontre a alternativa que descreve a sequência correta de um possível desdobramento de um artigo:

- 1. Alíneas;
  - 2. Parágrafos;
  - 3. Incisos;
  - 4. Itens;
- a) 1, 2, 4 e 3.
  - b) 2, 3, 1 e 4.
  - c) 2, 1, 3 e 4.
  - d) 4, 3, 1 e 2.
  - e) 3, 1, 2 e 4.

**68.** Qual das espécies normativas abaixo não possui hierarquia de norma legal:

- a) decreto legislativo.
- b) lei complementar.
- c) medida provisória.
- d) resolução de agência reguladora.
- e) tratado internacional sobre exploração marítima.

**69.** O Ministério Público do Estado do Ceará, após regular tramitação interna, elaborou a sua proposta orçamentária e encaminhou o respectivo projeto de lei à Assembleia Legislativa, que deliberou pela sua rejeição por vício de iniciativa. À luz da sistemática constitucional, a deliberação da Assembleia Legislativa foi:

- a) incorreta, se a iniciativa, pelo Ministério Público, tiver sido delegada pelo Governador do Ceará;
- b) correta, pois a iniciativa do processo legislativo, na temática descrita na narrativa, é privativa do Governador do Ceará;
- c) correta, considerando que o Ministério Público é órgão do Poder Executivo, logo, apenas este último detém o poder de iniciativa legislativa que pode ser feita por qualquer de seus membros;
- d) incorreta, pois a iniciativa do processo legislativo somente é transferida ao Poder Executivo caso o Ministério Público não observe o prazo constitucional;
- e) incorreta, pois o Ministério Público possui autonomia financeira, logo, tem legitimidade para submeter sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo.

**70.** O Prefeito de Fortaleza vetou de modo expresso parte do Projeto de Lei nº XX/2024, aprovado pela Câmara Municipal, tendo silenciado em relação à parte restante. O veto à parte do projeto foi devidamente comunicado ao Poder Legislativo, que decidiu derrubá-lo em sessão realizada três meses depois.

À luz da sistemática constitucional vigente, em relação ao silêncio do Chefe do Poder Executivo quanto à parte do projeto, tal importa em:

- a) veto tácito, enquanto a parte do veto derrubado será promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal;
  - b) sanção tácita, devendo ser promulgado, ao final do processo legislativo, pelo Presidente da Câmara Municipal, após a derrubada do veto;
  - c) sanção tácita, devendo ser a lei promulgada; enquanto a parte do veto derrubado será encaminhada para a promulgação do referido agente;
  - d) sanção tácita, devendo ser promulgada pelo referido agente, ao final do processo legislativo, juntamente com a parte do veto derrubado;
  - e) sanção tácita, devendo ser a lei promulgada; enquanto a parte do veto derrubado será promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.
-

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---